

ATA N.º 7/2017

-----A Assembleia Municipal de Sertã reuniu na Casa da Cultura, em Sessão Extraordinária nos termos da Lei nº 75 de 12 de setembro de 2013, para deliberação sobre os assunto constantes na Ordem de Trabalhos, no dia seis de dezembro de dois mil e dezassete pelas dezanove horas, presidida por Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, auxiliado pelos secretários Luis Martins Ribeiro e Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes. -----

-----Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, José Pedro Leitão Ferreira, João Carlos Silva Almeida, Vítor Manuel do Carmo Cavalheiro, António José Lopes Simões, Luis Martins Ribeiro, Maria do Céu Cardoso Dias, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Álvaro Fernando de Carvalho Monteiro, Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, Daniel Filipe Nunes Luis, António Antunes Xavier, Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Pereira Horta Antunes, Jorge Manuel Farinha Nunes, Ana Margarida Cardoso Alves, Márcia Filipa Caldeira Nunes, Jorge Manuel Rodrigues Farinha, José Joaquim Nunes Mendes, Vera Lúcia Ruivo Dias, Paulo Jorge António Martins Ferreira, Ramiro Alves da Silva, Joaquim José Costa dos Santos, Carlos Mateus Marques Lopes, Maria Filomena Nabais Cerdeira Bernardo, Pedro José Fernandes Vitorino Coelho, Amadeu Antunes Fernandes, Manuel Francisco Antunes Dias, José da Silva Nunes, Manuel Nogueira Figueiredo e Maria Gracinda Lourenço Marçal.-----

Faltou a Senhora Deputada Senhora Susana Margarida Farinha André, (PSD), que justificou.-----

-----**Representante da Assembleia:** Declarou haver quórum e abriu a Sessão.-----

Agradeceu a presença dos Senhores Comandantes dos Bombeiros Voluntários do Concelho e Senhor Representante da Aprofloa concedendo – lhes de imediato da palavra: -----

-----**Senhor Paulo Fernando Vaz Mariano - Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim:** Iniciou a sua intervenção com umas pequenas palavras para uma tragédia que já estava anunciada dado o coberto vegetal que a nossa região apresentava e ainda apresenta. Afirmou que um incêndio que tivesse origem no concelho da Chamusca ou Tomar e pela continui-

- dade vertical e horizontal de combustíveis facilmente se propagava a outros distritos.-----

Muitas aldeias são isoladas em áreas florestais e não possuem as devidas medidas de autoproteção no terreno. Bastavam as habitações terem as faixas de gestão de combustíveis de conformidade, que poderiam libertar o trabalho dos bombeiros no combate direto ao incêndio. Devemos ter ainda em conta que no futuro com as alterações climáticas estes efeitos irão ser agravados. No entanto nunca ao longo de trinta anos, referindo-se à União de Freguesia de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais e Freguesia do Castelo, observou um incêndio com tal velocidade de prorrogação, dominados pelo vento, pelo declive do terreno e combustíveis presentes. Quem se arriscasse colocaria a sua própria vida em perigo. O mais importante é a proteção das pessoas e seus bens. Os bombeiros não conseguiam estar em todo o lado ao mesmo tempo. Sentiu e viu que a população defendeu os bens com os meios que tinham ao seu alcance. -----

----- **Senhor Alexandre Luís Vaz Silva - Comandante dos Bombeiros Voluntários da Sertã:** Iniciou a sua intervenção referindo que nos últimos oito anos no nosso concelho houve um aumento de ignições, registou-se um número elevadíssimo, 480 incêndios. Em 2017 tivemos 50 ignições em curtos espaços de dez ou quinze dias. Por mais meios que tenhamos, por mais prevenção é preciso pensar e entender o que se passa. Ao longo dos anos tivemos alterações climáticas como foi referido pelo Comandante Paulo, anteriormente os incêndios consumiam 100 ou 200 hectares e dizíamos que era uma tragédia. No dia 15 de outubro de 2017 arderam 1.000 hectares por hora, que poderemos dizer. Cabe-nos a todos evitar os incêndios. A solução não parte dos bombeiros voluntários, da autarquia ou das juntas de freguesia mas sim da falta da limpeza e todos têm que contribuir. Relembrou que no dia 15 de outubro deflagrou igualmente um incêndio junto a uma unidade fabril e para se fazer a proteção daquela unidade tiveram que hipotecar 6 veículos. Existe falta de limpeza à volta de algumas empresas e igualmente na parte circundante das aldeias. Não vale a pena afirmar que não vai voltar a acontecer. Temos que estar preparados para o pior. Felizmente não tiveram vítimas mortais, não foram atingidos muitos edifícios de 1ª habitação, todos auxiliaram. Deixou uma palavra de gratidão a todos as populares que ajudaram no combate aos incêndios com os depósitos de 1.000 litros.-----

Igualmente às entidades para uma prevenção nomeadamente no que diz respeito à limpeza dos aceiros. Aumento dos pontos de água, de modo que os meios aéreos tenham uma solução mais eficaz. -----

-----**Representante da Aproflora** - Iniciou a sua intervenção referindo que a Associação ajudará em tudo o que for possível para colmatar este flagelo. -----

O importante é não olhar para o passado mas sim para o futuro. Devemos ver onde se errou e o que fazer para melhorar. Entende que os bombeiros voluntários não podem andar de habitação em habitação mas sim a tentar apagar fogos no espaço florestal. O Município deve organizar os anéis das árvores folhosas que protejam as aldeias. -----

-----**Presidente da Câmara:** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo I). -----

-----**Presidente da Assembleia:** Nesta altura agradeceu a presença das entidades do Município, dos Senhores Presidentes das Associações de Bombeiros do Concelho e do Ex - Comandante dos Bombeiros Voluntários da Sertã, Senhor Pedro Nunes agora Comandante Operacional de Agrupamento Distrital do Centro Norte da ANPC. -----

Continuando a sua intervenção lembrou o que referiu na sessão da Assembleia Municipal do mês de junho, que primeiro temos que perceber o que se passou, o porquê e o que correu bem ou não. -----

O comandante dos bombeiros referiu-se a um caso de uma unidade fabril, ele próprio assistiu e verificou que em algumas unidades fabris isso não aconteceu tinham medidas preventivas que atuaram de imediato. Nas povoações aconteceu o mesmo, estavam populares com mais meios de ataque, com os campos cultivados, lavrados e outros não. O essencial é vermos o que se passa no presente para perceber o que será o futuro. Temos que perceber qual é a distribuição etária do concelho, qual é a população que limpa ou não os seus terrenos e se no próximo ciclo têm condições para limpar. -----

Se queremos no futuro ter danos menores algo tem que ser feito de imediato. -----
Após uma tragédia temos uma oportunidade urgente para tentar fazer algo diferente, tomar medidas. -----

Em primeiro lugar os incêndios florestais que se centra essencialmente na floresta.

Na Sertã são um problema de segurança das pessoas, dos bens, não vale a pena o concelho ter as melhores políticas de atração de investimento, de gastronomia, se não conseguir garantir a segurança da população em primeiro lugar. Garantir que podemos libertar os bombeiros para fazerem outras atividades. -----

Olhando para o que correu bem ou mal, o Município tem 300 povoações é obrigatório iniciar a implementação das faixas de proteção às povoações. As faixas após criadas devem ser mantidas, rentabilizadas e ter meios para as operacionalizar. O nosso enquadramento legislativo não é o mais adequado mas de certeza que a população vai colaborar. Certamente as povoações vão tentar implementar as faixas de 100m ou 125m à volta das habitação para que não tenham pinheiros ou eucaliptos mas sim outro tipo de árvores que permitam ter madeira, frutos para terem rendimentos. Se 80% da população aceitar, minoramos os riscos e os problemas, mas atenção porque as pessoas têm que ter rendimentos: madeira, pastorícia ou outros. É um investimento que o Município pode tentar fomentar disponibilizando reservas de água em cada povoação. Temos que ter dimensão no que se vai investir. -----

O Município tem que apoiar freguesia por freguesia. A floresta é um investimento importante e tem que ser apoiado agora. -----

Em segundo lugar devemos implementar pontos seguros das povoações para que em situação de incêndio as mesmas se agrupem com reservas essenciais para estarem em segurança e dar espaço aos bombeiros. -----

Para finalizar como já foi dito anteriormente a problemática dos incêndios, tem hoje, muito a ver com segurança de pessoas e bens e logo com gestão e ordenamento do território. A ferramenta mais estruturante de um Município ao nível de ordenamento do território é o PDM. Este condiciona de uma forma decisiva a forma como o espaço é gerido e organizado. Neste momento a revisão do PDM da Sertã está em curso, para minorar, de forma estrutural o impacto dos incêndios do futuro. É essencial ter em atenção a problemática no processo de revisão. -----

Tal levanta desafios importantes, pois em princípio levará a maiores condicionamentos no uso do território, o que pode ser conflituante com uma visão mais permissiva que em teoria melhora a atratividade do território. No entanto, sem garantir a segurança das pessoas e bens não existe atratividade. -----



Por outro lado como em tudo na vida com bom senso, muita ponderação e reflexão acaba quase sempre por ser possível compatibilizar coisas que aparentemente são conflitantes. Este é um dos maiores desafios que a Sertã tem neste momento. ----

-----**Manuel Dias (PS)**: Iniciou a sua intervenção referindo que é com tristeza que verifica que o verde da nossa floresta tornou-se preto e castanho. A população mais idosa do concelho vai desinteressar-se do ordenamento da floresta, dos terrenos e provavelmente se nada for feito daqui a 7 ou 10 anos vamos ter novos incêndios. Esta é a realidade. -----

Existem pequenos detalhes que podemos alertar para não cometer os mesmos erros do passado. A dimensão da área ardida em 15 e 16 de outubro, já tinha sido consumida há dez ou quinze anos. E nada foi feito. Não será fácil encontrar soluções ou propô-las. -----

No entanto é fácil culpar, mas têm que encontrar quem acendeu o fósforo, o País estava a arder, existiu mão criminosa com o objetivo de destruir.-----

A freguesia de Pedrogão Pequeno investiu cinco mil euros em limpeza de estradas. Foi angustiante. -----

Sugerindo que a Câmara faça uma parceria com a EDP para criar um ponto de captação de água em cima da barragem do Cabril. -----

Referiu ainda que as Câmaras Municipais têm que repensar o povoamento (juntar a população em aglomerados populacionais). -----

Dirigiu por fim um reconhecimento aos bombeiros voluntários do concelho, à população da freguesia, nomeadamente aos jovens que foram fundamentais com as carrinhas com depósitos de água junto às habitações. -----

-----**Daniel Luis (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo II).

-----**António Xavier (PS)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo III).-----

-----**Nuno Melo (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IV).

-----**José Silva Nunes (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo V).-----

-----**João Carlos Almeida (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VI).-----

----- **Senhor Paulo Fernando Vaz Mariano - Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim:** Interveio no sentido de prestar esclarecimento ao Senhor Deputado referindo no ataque inicial a estratégia é a supressão do incêndio. -----

Quando não é possível passamos ao ataque ampliado em que a estratégia é a proteção da população e dos bens. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Informou que ultimamente fala-se de cadastro mas não está a ser elaborado. Mas sim a georreferenciação que posteriormente dará origem ao cadastro. No entanto ainda existe muito por fazer. O processo não está simplificado. Agradeceu as sugestões dos senhores deputados. Temos um protocolo com as freguesias que precisa de ser revisto. Iremos fazer tudo o que for possível. Mas não conseguimos proteger a floresta enquanto houver vontade de queimar não existe solução à vista. Faltam pessoas no Interior. -----

-----**Período destinado ao Público:** -----

-----**Patrícia Cadete – Sertã –** Interveio preocupada com o futuro da nossa floresta e com a nossa matriz predial rústica. Parece-lhe importante que se esclareça que o cadastro não é o mesmo de informação cadastral simplificada, que é o que está a ser elaborado de momento. Essa diferença é enorme e é importante que todas as entidades envolvidas compreendem que não vai ser solução, tem que existir um esforço por parte de todos para que se imponha mais. Que o trabalho seja elaborado por técnicos habilitados. Se assim não acontecer as nossas casas as nossas pessoas vão continuar a correr riscos. Para finalizar disponibilizou-se para o que for necessário fazer em prol do Concelho da Sertã. -----

-----**Fernando Pereira – Sertã -** Interveio manifestando a sua satisfação pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedrogão Pequeno quanto à captação de água no cimo da Barragem do Cabril. Igualmente o Deputado Daniel Luis que “ disse não nos caemos a nossa floresta está a ser maltratada há muitos anos”, o assunto é político, reivindicativo, os apoios vão para o Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo, onde estão os grandes latifundiários. Na campanha os candidatos falaram da limpeza da floresta, não deve ser feita individualmente mas sim com coordenação. É com preocupação que viu as faixas de proteção ao longo do IC 8 serem recolocadas no mesmo local. Era a altura exata para as recolocarem mais para dentro, desde que os proprietários o autorizassem. -----

Para finalizar deu conta que o PDM é das medidas mais importantes do Concelho. Tem que ser um instrumento disciplinador, implacável a quem constrói mal no sítio errado.-----

-----**Presidente da Câmara:** Referiu que o PDM é o único meio que pode regular a construção. As construções isoladas são de evitar. Foi a partir da implementação dos PDM's que as populações se deslocaram do interior para o litoral. O PDM com tantas exigências tem desertificado o interior. Sabe que deve haver regras mas realistas que se possam praticar. Que não afastem as pessoas. As faixas de proteções são indispensáveis é a segurança da população. Estas medidas constam no projeto de Revitalização do Pinhal Interior. A propósito do ponto de água referido pelo Senhor deputado na barragem do cabril é importante. Vamos tomar as devidas diligências junto da EDP. -----

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelas 20,45 horas, da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade e que vai ser assinada.-----

-----O Presidente, Alfredo J. M.

-----O Assistente Técnico, Fátima Folgado Fernandes

ANEXO II



Assembleia Municipal Extraordinária

“Floresta, Incêndios e Segurança no Território.
Perceber o passado e preparar o futuro”

Casa da Cultura, 6 de dezembro de 2017

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhoras e Senhores Vereadores;
Caros Munícipes e público presente;
Senhores Jornalistas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A floresta é uma das principais riquezas do Concelho da Sertã, ocupando uma parte considerável do seu território. Em torno dela gravitam diversas empresas, que geram muitos postos de trabalho e contribuem decisivamente para a economia local.

Estamos perante um filão importante para o futuro do nosso Concelho e ao qual o Município da Sertã tem prestado especial atenção.

Sabemos da sua importância mas estamos cientes de que há ainda um longo caminho a percorrer, que os recentes incêndios deste verão tornaram mais urgente.

Refletir e pensar a floresta é hoje um desígnio nacional.

O diagnóstico está feito, agora é preciso seguir uma verdadeira estratégia que defenda a floresta e a torne competitiva a vários níveis.

Permitam-me deixar aqui alguns elementos que deveriam merecer a reflexão de todos.

O Concelho da Sertã assumiu, desde os inícios do século XX, uma vocação florestal fortíssima, consubstanciada na exploração florestal, na extração da resina e noutras atividades sucedâneas.

Era comum dizer-se que a floresta era o grande capital de reserva com que a nossa comunidade acorria a muitas das suas despesas extraordinárias. Das lenhas aos toros para entivação das minas, passando pela madeira, pelo carvão e pela resina, o pinhal teve uma importância fundamental na nossa economia.



Nas últimas décadas, a floresta cresceu, nem sempre da melhor maneira e nem de forma ordenada.

Cometeram-se abusos e, sobretudo, não se cuidou de desenvolver uma visão estratégica.

Basta lembrar que, em 1969, a Direção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas avançou com a criação, na nossa região, de uma zona-piloto florestal.

Instituíram-se, por exemplo, núcleos de assistência aos proprietários com vista à promoção de uma exploração mais racional da floresta.

Muito se fez, mas muito ficou por fazer. Poucos terão antecipado um fenómeno que era visível já nessa década de 1960.

As zonas densamente florestadas estavam a perder população devido à crescente emigração para o estrangeiro.

E pior do que isso: o Estado encapsulava-se cada vez mais no seu centralismo, descurando as políticas de coesão territorial.

As consequências foram dramáticas em anos mais recentes, com o encerramento de serviços básicos e fundamentais à sobrevivência destas regiões.

Um conhecido geógrafo português dizia recentemente que o Interior sem gente não tem futuro.

Não basta aplicar medidas, ou fazer reformas de circunstância, sem que se perceba o que estamos realmente a tentar combater.

O primeiro grande problema com que a floresta se debate é o despovoamento humano das áreas mais densamente florestadas.

É preciso evitar que as pessoas abandonem estes locais.

No Município da Sertã temos desenvolvido uma estratégia que privilegia este desiderato: fixar população.

Temos conseguido estancar a saída de habitantes e acreditamos que as políticas que hoje estamos a implementar contribuirão para combater este fenómeno.

Mas a estratégia não se deve cingir apenas a um vetor. Há muito mais em cima da mesa e para onde é preciso olhar.

Os incêndios deste verão obrigaram-nos a olhar mais atentamente para esta realidade e a enfrentá-la com determinação.

A primeira resposta foi auxiliar as populações e mitigar os seus prejuízos. Tínhamos essa responsabilidade e não nos demitimos dela – há toda uma comunidade que precisa de auxílio e que espera que o seu Município esteja ao seu lado nos momentos difíceis.

Mas esta população não exige apenas respostas imediatas. Exige que saibamos retirar lições para o futuro e que tomemos medidas corajosas para que este flagelo não se torne a repetir.

Pelas conversas que tenho mantido com diversos empresários locais, elementos da sociedade civil e habitantes do Concelho perpassa um sentimento de resistência, de quem não desiste, de quem não se verga perante as dificuldades.

O nosso povo sempre se habituou a dar a volta por cima, a vencer as adversidades e a resistir. É dessa fibra que as nossas gentes são feitas e é isso que as torna tão especiais.

Temos hoje uma floresta diferente da que existia há algumas décadas. E temos um território também ele diferente. Além do despovoamento, há outros fenómenos para os quais importa olhar com mais atenção.

Só neste verão, os incêndios consumiram cerca de 17 mil hectares de matos e povoamentos florestais no nosso Concelho, a que é preciso somar a destruição de várias casas de primeira habitação e, mais marcante que tudo, a perda de vidas humanas.

Há um slogan que diz que um Portugal sem fogos depende de todos. Nunca essa frase fez tanto sentido como hoje.

Mas mais do que palavras é preciso agir.

E isso está a acontecer. O Governo e Portugal perceberam que era preciso mudar.

A deslocalização para Pedrógão Grande da Unidade de Missão para a Valorização do Interior foi uma medida importante, porque sinalizou a vontade de descentralizar e de dar sentido às políticas de coesão territorial.

Além disso, no comando desta Unidade de Missão está o engenheiro João Paulo Catarino, alguém que conhece muito bem esta região e que é uma mais-valia para a consecução deste trabalho, que tem como referência o já conhecido Programa de Revitalização do Pinhal Interior.



Outras medidas foram tomadas, nomeadamente a reforma da Proteção Civil, que pretende aproximar a prevenção do combate aos incêndios e reforçar a profissionalização do modelo de combate; a criação da Estrutura de Missão para a Gestão Integrada de Fogos Rurais; o aumento do investimento no domínio da resiliência do território ou a realização do cadastro simplificado florestal nos concelhos mais atingidos pelos incêndios deste ano.

O cadastro é fundamental para o emparcelamento e ordenamento da floresta. Sem isso dificilmente conseguiremos reabilitar a floresta.

No Concelho da Sertã, já foram dados passos importantes no cadastro florestal, estando já efetuados alguns trabalhos a este nível.

Importa também lembrar que, desde o passado dia 2 de novembro, encontra-se em funcionamento na Sertã o Balcão Único do Prédio, um balcão físico e virtual, cuja gestão pertence ao Instituto dos Registos e Notariado e que agrega a informação registal, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios.

Nesta reunião extraordinária da Assembleia Municipal da Sertã nunca é demais lembrar que o Concelho da Sertã é um território com uma vocação predominantemente florestal.

O grande significado dos recursos naturais do Concelho confere-lhe um caráter territorial distintivo, que saiu reforçado com a sua inclusão no projeto-piloto de reordenamento da floresta, desenhado pelo Governo.

Temos agora uma margem acrescida de negociação de opções e medidas para o futuro da nossa floresta e urge estar à altura do momento.

A abordagem à questão-chave da sustentabilidade económica e ambiental do Concelho passa necessariamente pela adequada gestão do vasto território ocupado pela floresta.

E essa gestão terá de assentar em diferentes níveis de intervenção, seja do ponto de vista do povoamento florestal, das condições de exploração económica e da manutenção da própria floresta.

Temos atores fundamentais no Concelho, tanto a nível económico - como é exemplo a Central de Biomassa, como ao nível da Investigação & Desenvolvimento com o SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta.

Além disso, há todo um saber acumulado por parte dos nossos produtores e trabalhadores florestais, bem como pelas nossas estruturas camarárias e pelas corporações de bombeiros, que não deve ser desperdiçado.



São eles que conhecem melhor o terreno e que mais facilmente serão capazes de identificar as forças e as fraquezas da nossa floresta.

É preciso ordenar e gerir eficazmente a floresta, pois a médio/longo prazo este recurso pode deixar de representar uma mais-valia económica e ambiental.

Importa notar que a floresta não é um mero produto económico que pode trazer riqueza para o nosso Concelho mas um produto esgotável, e se não for ordenada de forma ambientalmente racional perde a sua força.

O Município da Sertã tem envidado esforços para estabelecer um modelo de desenvolvimento territorial inclusivo, sustentável e integrado, mas no ordenamento e gestão da floresta temos de ser capazes de ir mais longe.

A escala e a natureza sistémica dos problemas e das oportunidades que decorrem da floresta impõem abordagens que ultrapassam as fronteiras do nosso Município.

Este é um trabalho que não pode cingir-se apenas à escala municipal e que exige uma concertação de esforços e vontades num plano mais elevado, seja a nível intermunicipal ou mesmo nacional, de modo a que as ações e medidas sejam eficazes e atinjam o território de forma estruturada e concertada.

A floresta deve ser um desígnio nacional e não um problema local.

E, por isso, temos de ser capazes de dialogar com os municípios vizinhos e definir estratégias comuns para resolver problemas que são também eles comuns, sob pena de desperdiçarmos mais uma oportunidade para salvar a nossa floresta.

Talvez a última oportunidade que teremos.

Saibamos estar à altura deste desafio.

Muito obrigado

José Farinha Nunes

Sr. Presidente da Mesa

Sr. Presidente da Câmara

Sr.s Vereadores

Sr.s Deputados

Público presente

Comunicação Social

Ouvintes da Condestável que nos acompanham em direto

Antes de mais gostaria de enaltecer a assembleia extraordinária de hoje pela sua pertinência, uma vez que a floresta é um tema que nos é bastante caro, especialmente numa região como a nossa, em que um dos motores principais da nossa economia é a própria Floresta. Que infelizmente este ano voltou a ser novamente devastada por grandes incêndios, colocando a subsistência de muitas famílias em causa.

E se assim é, os mais suscetíveis a estas consequências futuras são os jovens e deve ser a pensar neles que hoje debateremos algumas ideias.

Não podemos continuar a olhar para o valor da floresta incidindo o olhar apenas na indústria da madeira, temos de alargar horizontes, temos que retirar mais produtos da floresta e para tal temos de apostar em mais e melhor formação dos jovens neste sentido, começando esta formação no ensino secundário.

E como referi os jovens são possivelmente os mais afetados pelas consequências futuras, mas também somos nós jovens, que podemos ser a oportunidade. A floresta necessita de jovens qualificados, precisa de mais investigação, precisa de mais novas tecnologias pensadas para a floresta. Não podemos continuar a pensar que para a floresta só é necessário o eng. Florestal, mas sim pensar que também é necessário o mecânico, o informático e por aí fora.

No que toca à Gestão Florestal é uma prioridade, devemos delinear áreas pensadas num desenvolvimento sustentável e combatendo de uma vez por todas a monocultura. Temos um excelente exemplo aqui perto: Mação. Com zonas de produção, estradões para fácil acesso no combate a incêndios, zonas com plantas menos prejudiciais para os solos junto às linhas de água. Mas tudo isto não pode ser pensado apenas agora em 2, 4, 5 anos, devemos pensar numa estratégia a longo prazo para manter a floresta até que esta atinja a maturidade de se conseguir manter sustentável por ela própria.

No ponto 3.1.1 do Programa de Revitalização do Pinhal Interior, ainda relativamente à gestão florestal, fala da criação das faixas de gestão de combustíveis, o que não diz nem ouvi até hoje falar, sobre o que será dos proprietários dos terrenos afetados. continuam a pagar impostos sem terem qualquer rendimento daquela terra?



Neste sentido é muito importante que não nos calemos, pois somos aqueles que conhecem estas realidades, e devemos sim implementar um sistema que incorpore estas faixas, mas devemos ter em atenção os afetados pelas mesmas.

Muitos, possivelmente, até acabam por perder as propriedades por inteiro, pois temos um outro problema tão grave que é as pequenas dimensões das parcelas, os minifúndios que muitas vezes parecem nanofúndios. O emparcelamento é uma realidade que por muito esforço que exige a implementar, tem de ser feito, e por muito que os proprietários não estejam recetivos, mais tarde vão agradecer, pois só tendo alguma dimensão é que é vantajoso investir de forma sustentável.

É inevitável que pensemos no problema das Florestas que temos hoje em dia em Portugal, sem o relacionarmos com a coesão territorial, ou a falta desta. Como tenho vindo a dizer, temos um país a duas velocidades, e a falta de aposta na floresta, advém também deste problema, o interior está cada vez mais envelhecido, os jovens daqui se quiserem prosseguir os seus estudos têm de ir para fora, e quase sempre para o litoral, não tendo oportunidades para voltar. Quem cuidará da floresta que por vezes os pais destes jovens têm? Quem terá novas iniciativas?

Penso que este governo tem de fazer o que nenhum até ao momento fez, independentemente da cor política. Tem de eliminar as assimetrias que temos com outras regiões mais desenvolvidas, para que tenhamos as mesmas oportunidades que em qualquer outra parte do país, ou no mínimo semelhantes.

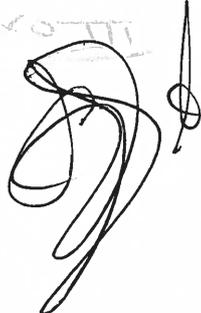
06/12/2017

Daniel Filipe Nunes Luís

Assembleia Municipal de 06/12/2017

Programa de Revitalização do Pinhal Interior

AUC 407 III



Obrigado Sr. Presidente

Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. secretários

O Sr. presidente do município e os Srs. vereadores

Os Srs. Convidados, as Sras. e Srs. deputados

A comunicação social e o público presente.

“Floresta, incêndios e segurança no território. Perceber o passado e preparar o futuro”

Eis o título da sessão de hoje.

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, um tema de enorme alcance para a nossa região, não fosse o facto de ser inspirado em cenários dramáticos ocorridos em junho e outubro deste ano seria notável a sua oportunidade. Mesmo assim vale sempre a pena discuti-lo, será sempre um tema atual e pertinente.

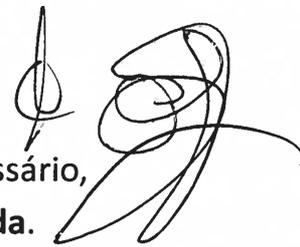
É um tema vasto que há muito aqui abordamos e que nem sempre lhe demos a devida atenção, talvez por isso as coisas foram o que foram.

O concelho da sertã tem cerca de 380 aglomerados populacionais, dispersos pelos 47.400 hectares, de floresta, expostos naturalmente ao perigo dos incêndios. Importa pois, Sras. e Srs. Deputados, que a primeira prioridade seja dada à segurança das pessoas, à segurança do seu edificado e aos haveres que dele fazem parte.

A floresta, tratamo-la a seguir, depois de criadas as estruturas que permitam alguma tranquilidade e conforto àqueles que naquelas aldeias vão teimando sobreviver.

O primeiro repto que vos deixo e, que podereis agarrar ou não, é a proposta da criação obrigatória de uma faixa de proteção dos povoados: em redor das povoações, terá que haver uma faixa com o mínimo de 100

metros de profundidade onde a limpeza seja, se necessário, coercivamente exigida e a densidade arbórea, **drasticamente reduzida**.



Os proprietários das áreas envolvidas não deverão ser prejudicados, porque existem instrumentos compensatórios que permitem devolver alguma justiça no âmbito do processo.

Não será fácil Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, levar a cabo estes procedimentos, mas cabe ao município organizar esclarecimentos e dar alguma formação aos locais onde sejam demonstradas as vantagens da comunidade ao aderirem a uma partilha de esforços que visa nem mais nem menos a sua proteção.

Não tenhamos ilusões: se não aproveitarmos esta oportunidade, a oportunidade de em cima das cinzas construirmos algo de novo para a segurança das pessoas, seremos os responsáveis no futuro, de algo de semelhante que possa acontecer. Creiam pois, que não aceito que esta sessão de assembleia municipal seja inconsequente.

Os particulares, as associações, as empresas e o município têm que estar envolvidos neste processo. Mas no meu entender o município terá sempre que ser o promotor das ações a desenvolver, porque tem meios técnicos e humanos capazes de executar projetos que outros não terão. Portanto Sr. Presidente José Farinha Nunes, tem aqui uma enorme responsabilidade.

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, embora sinteticamente, dei-vos uma visão daquilo que entendo ser prioritário para a segurança das pessoas em caso de incêndio. É naturalmente uma visão pessoal, que pretende contribuir para uma reflexão, o mais profunda possível, à volta de um tema atual, que envolve emoções e dramas que desejamos não repetir-se.

Floresta:

O doc. Sobre o programa de revitalização do pinhal interior aborda, analisa e propõe um conjunto de medidas com vista a revitalizar o interior, o interior queimado. Trata-se de um documento bem estruturado que deve ser acompanhado por técnicos que dominem os diversos assuntos neles abordados. Sugiro ao município a criação de um gabinete multidisciplinar com vista a aproveitar todas as propostas de interesse para o concelho, bem como as correspondentes participações financeiras disponibilizadas para o efeito.

A floresta, tema que integra a ordem de trabalhos, ousaria começar por dizer que não temos, enquanto cidadãos e responsáveis, sabido lidar com ela. E para consubstanciar esta convicção questionaria o executivo, na pessoa do Sr. Presidente, no sentido de nos informar o investimento realizado nos últimos 15 anos na conservação e abertura de caminhos ou estradões florestais. **Porque para perceber o passado e preparar o futuro** é necessário analisar o que se fez mas, sobretudo analisar, também, o que se não fez e, as consequências que daí têm resultado.

O documento que já referi, e que o Sr. Presidente da assembleia nos fez chegar, com o título **“programa de revitalização do pinhal interior”** apresenta profusamente um conjunto de análises e propostas que a realizarem-se, dariam respostas à problemática da floresta no interior, no contexto que estamos a analisar. Para as implementar é preciso critério, meios e muita vontade. Eu temo que possa falhar um pouco de tudo, se ficarmos distraídos.

Uma das medidas do programa que me propus analisar, por entender que seria muito importante implementa-la foi:

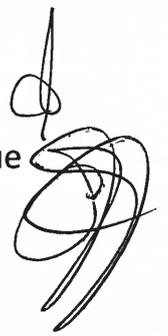
LICS lei informação cadastral simplificada

A lei de informação cadastral simplificada "LICS" referida no documento, prevê um prazo de um ano para os proprietários registarem gratuitamente as suas parcelas ou seja o seu património rústico e misto.

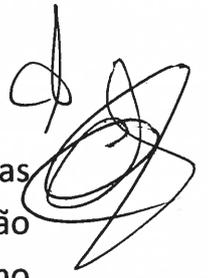
Isto pressupõe que os proprietários terão que identificar as suas parcelas de terrenos sobre um mapa/foto que lhes é disponibilizado nos respetivos serviços prediais onde é feito um desenho de cada uma das parcelas. Deixem que vos diga, matéria nada fácil para o universo dos proprietários agrícolas do nosso interior. O desenho elaborado pelo proprietário é averbado e ficará a fazer parte do registo predial. Acontece e, eu chamo a atenção das Sras. e Srs. Deputados, que a maioria dos proprietários não consegue georreferenciar com rigor as suas propriedades e o programa informático que está a dar corpo a este trabalho, aceita como bons os erros de sobreposição, isto é: se dois proprietários distintos sobrepuerem no mapa duas ou mais parcelas diferentes, o sistema aceita-as como válidas. O averbamento predial fica com esse erro e quando um proprietário, quiser comprar ou vender uma dessas parcelas terá que primeiro lugar, corrigir esse ou esses erros pagando os respetivos emolumentos, pq as conservatórias não aceitam dúvidas. Não é seguramente um bom trabalho e deve ser parado sob pena de estarmos a criar um monstro burocrático, por isso deixo o assunto para vossa reflexão, e digam o que entendam. (ao contrário do parcelário q não aceita sobreposições)

Em alternativa,

Sugiro que a georreferenciação seja feita apenas com base no levantamento topográfico das parcelas, o que custa bastante dinheiro. Pelo que ouço, cada levantamento pode custar cerca de 150,00€, mas se assim não for, estamos a fazer um trabalho de má qualidade e com problemas para o futuro. Sugiro que poder central, através das suas instituições representativas, o município, os proprietários e os agrupamentos de topógrafos, façam uma parceria para partilha dos custos



e, avancem com um trabalho, certamente mais demorado mas seguramente mais rigoroso. Será um trabalho para uma década e, não para um ano, tendo em conta os 133.748 prédios rústicos a tratar no concelho. (U-32.352).



Sintetizando: estamos a promover um cadastro simplificado que nos vai trazer problemas a curto prazo, então para que faze-lo nestes moldes?

Sr. Presidente do executivo, sobre esta matéria, valerá a pena falar com os técnicos do município envolvidos neste processo para avaliar a dimensão do problema.

Termino a minha intervenção, disponibilizando-me para participar na análise de outros temas que entendam aqui abordar.

Muito obrigado.

António Xavier

ANEXO IV



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mos Srs. Secretários,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Vereador(a)es,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Deputad(a)os,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. da Comunicação Social,

Ex.mo Público,

Na minha intervenção de hoje sobre Floresta, Incêndios e Segurança no Território vou começar por falar do que foi para mim o factor principal e diferenciador nos incêndios deste ano, referindo desde já que outros factores também contribuíram obviamente, apenas me foco neste pois terá sido o maior influenciador. Posteriormente falo do que está ao nosso alcance alterar e precaver para o futuro.

Todas as mortes deste ano ocorreram com o dispositivo especial de combate a incêndios florestais enfraquecido face às reais condições climatéricas (fora da fase Charlie). Aquando do fogo de Pedrogão Grande estávamos na fase Bravo e no 15/16 de Outubro estávamos na fase Delta.

As condições climatéricas dizem-nos que devíamos ter tido um dispositivo especial de combate a incêndios florestais de acordo com a fase Charlie (48 meios aéreos) e pelo jeitos nem o mínimo definido pela ANPC existiam para a fase Delta! Dizer que se reforçaram os meios aéreos para 18 quando deviam existir em condições normais, pelo menos 22, é no mínimo muito pouco ético e demonstra como nos tentam enganar com os números.

Sabia-se antecipadamente das condições climatéricas e o Governo tem os meios legais para adaptar o dispositivo às condições reais (ao contrário da ANPC) ... e optou por não o fazer, ou melhor, fê-lo tarde e a más horas. E mesmo depois da tragédia de Pedrogão Grande continuou a optar por não o fazer!!! Deixou as pessoas abandonadas que, ainda para mais, não se haviam preparado acreditando que o Governo as tentaria proteger quando afinal optou por não o fazer.

Se tivéssemos os meios da fase Charlie não sabemos como seria mas por certo teríamos muito melhores condições para lutar contra os fogos. É muito mais fácil apagar um fogo quando é pequeno e os danos são muito menores, sempre o ouvi dizer. A primeira intervenção é fundamental e foi retirada essa possibilidade às equipas do terreno, ao não lhes dar acesso aos meios mínimos definidos e já testados no terreno. Face às condições climatéricas devíamos ter os meios de uma fase Charlie.

- Durante a fase Charlie existiram também condições adversas? Sim, existiram e muitas mas não morreu ninguém.

- Outros países do mediterrâneo estavam a passar por condições climatéricas semelhantes? Sim, todos se queixam ... mas tiveram muitos mais meios e consequências muito menores.



- Existiram outros anos no passado com condições climatéricas também difíceis? Sim, já tivemos secas graves mas não há memória de catástrofes semelhantes. E este nem foi o ano com mais incêndios.

Não sei se foram questões de “cativações” ou não “cativações”, sei que foi uma opção do Governo e que tinha dados suficientes e meios legais suficientes para ter actuado de acordo com as condições climatéricas que eram mais do que conhecidas.

Independentemente de tudo isto, estes incêndios também podem ser o ponto de viragem que permita inverter a má gestão que se tem feito da floresta e que tem tido consequências nefastas para a nossa região. A grande perda de população no Pinhal Interior muito se deve à pouca rentabilização que temos feito da floresta e do sector primário, que tem impedido uma maior retenção da população como acontece noutras regiões.

Gostava de evidenciar que 3 das 10 maiores fortunas em Portugal vieram/iniciaram-se na floresta: Família de Belmiro de Azevedo (com os conglomerados, Sonae Industria), Família de Américo Amorim (com a cortiça) e Pedro Queirós Pereira (com a pasta de papel, Portucel).

A floresta trás muita riqueza: Porque não se gera mais riqueza na região? E não se “exporta” mais produtos derivados e de valor acrescentado? São respostas que urge encontrar. E mais que isso, é urgente dinamizar o sector e a região para que tal se altere e possamos reter mais riqueza e população na região que “produz” a maior mancha florestal portuguesa. E para que estejamos mais protegidos dos futuros incêndios, eles vão acontecer, e não podemos estar dependentes dos governos para nos protegermos pois eles esquecem-se muito rápido.

Há que fazer acontecer. E passa por nós fazer acontecer. Não podemos deixar os nos filhos e netos digam no futuro, tiveram a opção e oportunidade de alterar as coisas, de gerar mais riqueza na região, de nos protegermos melhor dos incêndios e não fizeram, agora estamos assim, nesta miséria.

Por pressão dos acontecimentos, perspicácia do nosso Presidente da República e acompanhamento dos meios de comunicação, temos uma janela de oportunidade para pressionar e fazer acontecer. Não podemos ser tímidos ou demasiado humildes, se não formos nós a fazer e a pedir por nós, ninguém o vai fazer.

A Sertã está inserida no Programa de Revitalização do Pinhal Interior, que apresenta, pelo menos na teoria, um conjunto de ferramentas e instrumentos, que bem utilizados podem fazer acontecer, ajudar a começar a mudar as coisas e que envolve toda a comunidade. Além disso, a Sertã tem o SERQ, que se tem de afirmar como o principal ou um dos principais dinamizadores dessa mudança a nível regional e afirmar-se a nível nacional.

Não podemos deixar que no futuro se utilize a desculpa, nós até pusemos na Sertã todas as condições (fundos, leis, programas piloto, infra-estruturas, etc) mas eles não quiseram aproveitar. A Sertã tem claramente de se afirmar e se colocar na linha da frente dessa mudança ou no mínimo dessa pressão para que a mudança ocorra.



Todos temos de exigir e fazer acontecer, afinal fomos deixados para morrer e à nossa sorte. Aproveitar esta janela de oportunidade para a mudança é uma questão de sobrevivência futura.

Sei que este executivo está atento e a trabalhar neste programa. Acredito que o principal objectivo seja colocar a Sertã na linha da frente dessa mudança e aproveitar ao máximo os instrumentos e ferramentas disponíveis para fazer crescer e dinamizar a região.

Agradeço a atenção dispensada,

Nuno Melo

6/12/2017

ANEXO V



Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhores Deputados

Público presente

Senhores jornalistas

Ouvintes da Rádio Condestável

Votos de uma boa ~~tarde~~/ noite

No âmbito do tema proposto para debate nesta sessão da Assembleia Municipal: “Floresta, incêndios e segurança no território. Perceber o passado e preparar o futuro”, é importante afirmar que tendo sido o concelho da Sertã gravemente afetado por incêndios nos anos de 2003 e 2005, “nada” se fez no sentido da prevenção e ordenamento da floresta até à presente data e isso foi o resultado de ~~decadas~~ de má governação.

Quando há alguma calamidade, levantamos as mãos para o céu e perguntamos porquê? Mas o certo é que passado pouco tempo, quase tudo se esquece e voltamos aos mesmos hábitos.

Sempre afirmei que nos anos de 2003 e 2005 se perdeu a grande oportunidade para ordenar a ^{nostra} floresta e talvez assim pudéssemos ter evitado a tragédia que se abateu sobre nós neste ano.

No presente ano de 2017 foram referidos atempadamente os meios disponíveis para o combate aos incêndios, certo é, é que

passado pouco tempo e antes que se entrasse no período crítico de fogos, já deflagrava em Pedrogão Grande um incêndio que viria a provocar grande número de vítimas mortais, além de avultados prejuízos em habitações, edifícios e infra-estruturas industriais e agrícolas.

Sabe-se que a razão da grande maioria das mortes foi provocada pelo pânico que as chamas geraram, pela falta de comunicações, pela falta de bombeiros, pela desordenação dos meios e, acima de tudo, na falta de limpeza junto a muitas habitações e junto às vias de comunicação.

Como é possível dentro das áreas concessionadas das principais vias estruturantes houvesse vegetação e árvores de porte considerável que iriam arder até à faixa de rodagem e que até cairiam sobre a via, tendo sido as principais causadoras do congestionamento de trânsito na zona de fogo que viria a impossibilitar a fuga e provocar tantas mortes.

Sabe-se que a grande maioria das casas que arderam tiveram início de fogo pela sua cobertura e quando assim não aconteceu, foi pela ausência dos seus proprietários, e, outras vezes pela sua irresponsabilidade, porque não tiveram o devido cuidado na limpeza da zona envolvente.

No sentido de preparar o futuro, é urgente primeiro que tudo não esquecer que as tragédias podem repetir-se, como veio a acontecer a 15 de outubro, e novamente fora do período crítico de fogos. As autoridades responsáveis não podem cingir-se a calendários tão rígidos, mas devem adaptá-los às circunstâncias, para depois em segurança poderem desmobilizar os meios.

A floresta tem de estar ordenada se quisermos tirar rentabilidade dela.

Temos que criar uma floresta autóctone, mais resistente aos incêndios florestais, formada por árvores originárias do nosso país como é o caso dos carvalhos, dos medronheiros, dos castanheiros,

dos loureiros, dos sobreiros, plantados em faixas devidamente planeadas.

Junto às vias de comunicação, não devem existir árvores de grande porte que possam tombar sobre a via, provocando cortes de trânsito que se podem traduzir em obstáculos fatais, como se viu no incêndio de Pedrogão Grande. A plantação de medronheiros em faixas com largura considerável pode ser uma excelente solução para aumentar a segurança nas vias de circulação.

Junto às habitações e dentro dos aglomerados não devem existir árvores de grande porte principalmente pinheiros e eucaliptos pelo menos de forma contínua e próximas de outras árvores e de habitações porque podem provocar projeções a distâncias consideráveis que aumentam a possibilidade de focos secundários e incêndios nas habitações pela cobertura *se tiverem estrutura em made.*

As localidades devem estar protegidas por uma faixa limpa na envolvente, numa distância mínima de 100 metros.

Todos os envolvidos nesta panorâmica dos incêndios devem assumir as suas responsabilidades:

- As entidades públicas devem promover a criação de pontos de abastecimento de água estrategicamente posicionados. No caso do nosso concelho é urgente [✓]reparação ~~de~~ açudes existentes e prever novos pontos de reserva de água. A mini - hídrica de Palhais não deve ser uma miragem e deve sair do papel para passar a ser uma realidade.

Com a reparação dos açudes podemos não só criar reservas permanentes de água, mas também criar excelentes zonas de lazer, que ao levar pessoas para o terreno aumentam a vigilância sobre locais desertos. Posso referir o açude na zona da Ribeira do Xico, ao fundo do Outeiro da Lagoa, cujos proprietários mostraram já intensão de colaborar para que essa zona de lazer seja reactivada. Nesse sentido, deixo uma fotocópia com a intenção dos proprietários.

É urgente proceder-se ao registo cadastral dos terrenos, mas nos moldes em que está a ser feito, partindo de mapas e sentados num gabinete, sem fazer a geo-referenciação no terreno será que isso vai ser eficaz? Vão existir muitas parcelas de terrenos reclamadas em sobreposição criando num curto espaço de tempo muitos problemas que só terão solução nos tribunais!

Estamos na época das chuvas, do frio e do Natal, mas não podemos esquecer o verão fatídico deste ano. Neste sentido com o intuito de despertar os mais pequeninos para esta problemática dos incêndios e da reflorestação, a Junta de Freguesia da Sertã vai oferecer aos alunos do Jardim de Infância e aos alunos do 1º Ciclo, um medronheiro e um carvalho, em substituição dos tradicionais brinquedos natalícios.

Como referiu o autor do relatório do incêndio de Pedrogão Grande, Professor Domingos Vêgas, nos Cafés da Ciência que decorreram no passado dia 2 de dezembro no Centro de Ciência Viva de Proença-a-Nova:

- Os grandes fogos não se apagam e por isso não devem existir. Os fogos devem ser apagados à nascença.

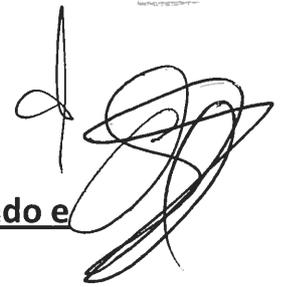
- Vamos informar e sensibilizar os cidadãos através de folhetos ou ações de divulgação para os procedimentos a desenvolver, antes, durante e após os incêndios, para que desse modo possamos envolver as populações e acima de tudo... salvar vidas!

Apelo a cada um de nós, para que individualmente sintam^o peso da responsabilidade e que não julguemos que a culpa é sempre dos outros.

Deixo a todos os meus sinceros votos de um Santo e Feliz Natal e de um Bom Ano Novo com o que de melhor possam desejar!

Boa noite.

JOSE DA SILVA NUNES
PRESIDENTE JUNTA FREG. SERTÃ



Floresta, Incêndios e segurança no Território, Perceber o Passado e preparar o futuro

2017 foi um ano negro para Portugal, para a floresta portuguesa e para os Portugueses em geral, particularmente para todos aqueles que perderam todos os seus bens e mesmo as suas vidas e foram muitos.

A população Portuguesa e essencialmente a população do interior do País já está, de alguma forma habituada à existência dos incêndios ano após ano, mas nunca com as dimensões deste ano de 2017, não só pela área ardida, mas pelas vítimas mortais, pelos estragos em prédios urbanos, industrias e viaturas.

Num intervalo de três meses tivemos ocorrência de dois grandes incêndios, com as consequências que todos nós conhecemos, com uma particularidade, o primeiro grande incêndio ocorreu em plena primavera, o segundo já no outono. 523 Incêndios de domingo 15 de outubro, estão longe de ser uma originalidade.

Se o primeiro considerado anormal se deveu a um fenómeno raro a que chamam Downburst e portanto um acontecimento quase único, Já o segundo nada teve a ver com este fenómeno e teve os efeitos catastróficos idênticos.

Existe portanto um agravamento deste tipo de acontecimentos que se têm de combater antes de poderem acontecer. “Este fogo não é um fogo normal”, testemunho de inúmeras pessoas que assistiram de perto pela sua passagem, “foi um fogo que queimava tudo por onde passava e que parecia ter vida própria”.

Não nos podemos conformar com este tipo de acontecimentos como sendo comuns no presente e no futuro. Só o incêndio de Pedrogão Grande foi o 11º mais mortal do mundo e o 3º a nível Europeu. É de lamentar declarações do nosso Primeiro-ministro quando disse e passo a citar:

“O País tem de estar consciente que a situação que estamos a viver vai seguramente prolongar-se para os próximos anos”

Ou do Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes:

“Têm de ser as próprias comunidades a ser proactivas e não ficarmos todos à espera que apareçam os nossos bombeiros e aviões para resolver os problemas, temos de nos Auto proteger”

Pois, estas eram as conclusões que os nossos governantes tinham acerca destes acontecimentos, depois da segunda grande tragédia dos incêndios em Portugal, Felizmente que temos um Presidente da República no terreno proactivo e que em muito têm obrigado este governo a agir em conformidade.

Todos sabemos que o envolvimento da comunidade local é importante, mas também sabemos que essa comunidade é cada vez mais reduzida e envelhecida, este fator de desertificação ameaça a segurança das populações.

Por outro lado a problemática da floresta e dos fogos é muito complexa, dada a geologia dos terrenos, a tipificação das árvores e a interação humana com o ambiente

As florestas de cariz natural e formadas por espécies autóctones são já raras em Portugal.

O que vemos ao percorrer o País é uma manta de retalhos onde é difícil analisar o que era suposto existir e o que é resultado da artificialização descontrolada.

De um modo simplificado, a paisagem em Portugal deveria ser marcada por florestas de carvalhos.

No Centro/Norte, com um clima mais temperado, dominaria o carvalho-alvarinho, substituído por carvalho-negral nas montanhas. No Centro/Sul, onde a influência mediterrânea começa, surgiria o Cerquinho, a Sul o Sobreiro e por fim a azinheira percorrendo toda a região raiana de clima marcadamente continental.



A realidade no nosso País está muito diferente de algumas décadas atrás, tanto a nível de floresta como de hábitos exercidos nos meios rurais.

Ainda sou do tempo em que na nossa região predominava a recolha da resina, as matas estavam limpas devido ao corte do mato para o uso domestico no curral dos animais e no aproveitamento do estrume para as culturas agrícolas, assim como a limpeza da floresta para o aproveitamento da madeira para o aquecimento das habitações.

As pessoas usavam o que a natureza lhes dava e como tal adquiriam um vasto conhecimentos dos recursos existentes em seu redor. Recolhiam frutos, plantas aromáticas, cogumelos e animais que nela coabitavam, a floresta desempenhava um papel essencial, pois além de alimento, serviam de fonte de energia.

Esta interação estabelecida implicava um elevado conhecimento da natureza que nos rodeava

No presente com a falta de pessoas nos meios rurais, com a perda deste conhecimento, a relação com a floresta, que já não é uma necessidade de sobrevivência, passou a fazer parte das memórias, apesar de essa mudança ser um facto muito recente.

Deixamo-nos levar por um suposto progresso e industrialização e afastamo-nos da natureza, da nossa essência. Perdemos esse conhecimento e como dificilmente cuidamos do que não conhecemos, o resultado traduz-se na degradação das florestas e dos ecossistemas sem darmos por isso.

Herdeiros que não fazem ideia da localização dos seus bens rústicos resultado de um gradual despovoamento do mundo rural.

Esta quebra de relação quotidiana com a floresta, as populações passam a vê-la à distância, como paisagem ou matos ao abandono.

Com tudo isto reduzimos as áreas florestais que as povoações dessa região tinham como recursos nas suas vidas, levando ao seu abandono, que entretanto mudaram de estilo de vida e mesmo de morada.

A solução esteve sempre à espreita: plantar eucaliptos, em apenas 2 ou 3 décadas criou-se em Portugal a maior área contínua de eucaliptos da Europa.

Levadas a abandonar as suas terras, as populações e territórios ficaram dependentes da economia mono cultural e monopolista da indústria do papel.

Atualmente a fileira florestal Portuguesa ocupa 35,4% do território nacional com 3,2 milhões de hectares, após um decréscimo de 57 mil h entre 2005 e 2010, em que o pinhal foi o mais penalizado pelos incêndios e as pragas, com menos 250 mil h nos últimos 20 anos. Em sentido contrário o eucalipto com um aumento de 100 mil h nessas mesmas duas décadas, liderando hoje as monoculturas florestais, com 811 mil h, seguidas do pinheiro bravo com 714 mil h, do sobreiro 736 mil h e da azinheira com 331 mil h.

De toda esta área 85% é detida por pequenos proprietários de cariz familiar, o minifúndio familiar português é único no mundo e lidera em percentagem, dos quais 6,5% são pertencentes a empresas industriais. O Estado Português possui apenas 2% da floresta.

Se para uns o eucalipto continua a ser vista como um perigo que está a degradar a floresta Portuguesa, outros defendem o seu aproveitamento no fabrico de produtos de madeira ou com utilidade farmacêutica.

Deve-se por isso rever as regras de forma a todas as espécies possam coexistir em harmonia. Como a plantação de eucaliptos ocorre em monocultura, com vastas áreas sem terem terrenos agrícolas, sem terem aceiros, faixas de descontinuidade que permitam conter os incêndios, torna uma situação bastante preocupante, principalmente no verão, quando o risco de incêndio é elevado e, portanto, nessa situação, deveria haver um maior ordenamento que não existe

Nas áreas inferiores a 50 hectares eram os municípios que tinham que autorizar as plantações de eucaliptos, mais de 50 hectares eram os serviços do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). A nível local, a Câmara tinha algum poder. Neste

momento, os municípios não têm nenhuma posição sobre o que é que se faz no seu concelho em termos de arborização. A paisagem pode mudar porque a administração em Lisboa, fez uma lei à medida de alguns interesses



É urgente fazer o reordenamento do território, o cadastro, que já decorre em dez concelhos piloto onde se inclui a nossa região, é um primeiro passo, mas muito mais haverá para fazer e mudar.

A situação do minifúndio da qual faz parte a maioria da floresta Portuguesa não facilita, mas o caminho terá de ser com a união de esforços e de interesses, de forma a não continuarmos a olhar para as propriedades como património isolado, mas como zonas de intervenção florestal devidamente organizadas e com regras claras que a todos os proprietários siva proporcionalmente independentemente da área que cada um possa possuir.

O poder central têm de ter em conta que hoje somos um País sem população no interior. Entregue às grandes extensões de povoamentos para a indústria, neste aspeto muito haverá para fazer e mudar por forma a manter mais população junto das suas origens.

Para isso haverá a necessidade de criar condições para a fixação das pessoas, por forma a que estas não tenham necessidade de abandonar as suas propriedades.

Grande parte da problemática dos grandes incêndios prende-se com o estado de abandono em que se encontra o nosso espaço rural e com uma mentalidade feudal do direito do proprietário.

Atualmente os proprietários dos espaços florestais, ou têm idade avançada, ou são pessoas que estão longe da sua propriedade e não têm possibilidade de cuidar desta.

A semelhança de um proprietário dum apartamento num prédio urbano que tem obrigações de condómino, também o proprietário de prédio rural, poderá ter obrigações idênticas e participar para uma associação de proprietários florestais, cujos funcionários cuidariam da zona florestal onde se insere a sua propriedade.



Infelizmente o grande princípio político que prevalece no nosso País, são os direitos, liberdades e garantias do Cidadão, mesmo que isso prejudique o interesse público.

Será necessário uma verdadeira política de mudança. A promoção de políticas de defesa e valorização do mundo rural e das regiões do interior, em particular com políticas de investimento, orçamentos do Estado e Portugal 2020, adequadas.

O cumprimento de obrigações de serviço público, transportes, comunicações, telecomunicações, energia e a correção do desenvolvimento desigual. Só assim se pode contribuir para atenuar esta assimetria que se têm acentuado no nosso País. Uma política orientada para a promoção e elevação da qualidade de vida das populações

Um maior equilíbrio territorial e coesão económica e social das regiões, uma estrutura administrativa descentralizada, um forte Poder Local, com o respeito pela autonomia das autarquias locais e o reforço da sua capacidade financeira.

Um desenvolvimento que potencie as riquezas naturais do País. Numa gestão democrática, planificada e racional dos recursos.

Uma política de resíduos que privilegie a sua redução e promova a reciclagem e reutilização, adotando soluções racionais e integradas de tratamento dos resíduos, com base nos interesses das populações.

Uma política de investimento mais acentuado na prevenção, e uma alteração radical no investimento em meios de combate e meios aéreos próprios geridos pela Forças militares do Estado, ao invés de empresas particulares que lucram milhões com os incêndios em Portugal.

Uma economia de fogo que se constitui de forma legal, mas que se alimenta da existência do próprio fogo e que gira em torno de uma indústria dos meios de combate a incêndios e também do mercado que determina o preço da madeira ardida.

Uma maior profissionalização do corpo de bombeiros voluntários e investimento nos mesmos.

Não é um caminho fácil, mas é um caminho possível, é uma emergência Nacional, pois a não ser assim poderemos dizer que nada se aprendeu com os erros e com os acontecimentos catastróficos dos últimos meses e dos últimos anos.

João Carlos Almeida

PSD